

O pior e o melhor que se pode dizer do fim de ano de 1991 é que foi um período atípico. Pior para o comércio, pior para a indústria, pior para o consumidor. Mas há razões objetivas para crer que a atipicidade possa vir a ser melhor para a Nação.

Há mais gente nas lojas olhando as vitrinas do que comprando. E nos corredores dos shopping centers há um estranho silêncio. Isso não é bom, claro. Mas não deixamos de observar que, de repente, depois do pânico de 28/29 de outubro, quando o dólar foi a alturas a que ainda não retornou, a famigerada central de boatos também silenciou. Há mais de um mês, as quintas-feiras deixaram de ser vésperas do caos.

E a inflação — praza aos céus! — começa a cair. Estabilizada em novembro, quando praticamente repetiu as taxas de outubro, ela fechou em 23,62% na primeira quadrissemana de dezembro, 1,77% abaixo dos 25,39% registrados no mês anterior pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), da Universidade de São Paulo.

O ganho é pequeno, mas não deixa de ser

significativo. É cedo para se falar em tendência de queda da inflação, mas há institutos especializados que, ao contrário de prever uma inflação em louca disparada — como era comum em passado recente —, fazem hoje projeções otimistas. Com base na sinalização da FIPE, a Gil Pace Consultoria (GPC) estima que as taxas de inflação poderão ficar entre 20 e 22% em janeiro, baixando para nada mais do que 15% em fevereiro. A GPC condiciona esses resultados a uma decisão do governo de trocar “os aumentos de tarifas por um aumento da produtividade das estatais e quebrar o poder de fazer preço dos oligopólios, como a indústria automobilística e a de higiene e limpeza”.

Isso pode não passar de uma simples proposta, que as autoridades podem acatar ou não, mas é forçoso reconhecer que, neste dezembro atípico, o governo adquiriu meios para conduzir com mais eficácia a política econômica. Referimo-nos especificamente ao

acordo político que vai permitir ao governo agregar à sua receita, no próximo exercício, US\$ 9 bilhões, incluindo o produto da indexação dos impostos, medida básica para o ajuste fiscal. Em contrapartida, foi assegurada a rolagem da dívida dos estados e municípios por vinte anos.

O acordo tem defeitos, como todos os acordos, mas a sua importância é fundamental. Com a inflação em declínio e com a correção da deficiência fiscal possibilitando uma melhor articulação com o braço monetário, reforça-se a confiança de que a carta de intenções enviada pelo governo brasileiro ao FMI será aprovada pelo “board” da instituição em janeiro. Mais que isso: mesmo os mais incrédulos, a se confirmarem as expectativas para o primeiro trimestre, serão levados a admitir que o País poderá cumprir as metas para redução do déficit público e, conseqüentemente, da inflação, ao fim de dezembro de 1992.

Glenn Brasil

O pior e o melhor no final de ano

Ninguém nega que o caminho será áspero. As apreensões com o nível de emprego e com o número de falências e concordatas são legítimas. Em São Paulo, onde são mais graves os efeitos da crise, tem havido forte redução do emprego industrial, embora a taxa de desemprego total venha declinando nos últimos meses. É preocupante, mas não assustador, como também se pode dizer em relação às concordatas. E não são poucos os economistas que prevêem que, mantido o atual movimento exportador, o ritmo de atividade não será bruscamente refreado.

O período é atípico, como dizíamos, em mais de um sentido. Seguramente, é novidade no Brasil um governo não prometer que vai terminar com a inflação e promover a recuperação de um só golpe. Cautelosamente, as autoridades acenam com uma reativação expressiva da economia somente em 1993. A espera será menos angustiante, estamos certos, à medida que a população for percebendo, mês a mês, dia a dia, que a inflação poderá ser vencida, sim. A partir dessa consciência, a retomada do desenvolvimento em bases firmes estará cada vez mais próxima.